



Licenciatura em Teatro
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



Adriana Silva Amorim

TEAA97

Oficina de Práticas Pedagógicas III

Educação para Cidadania

OFICINA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS III

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE TEATRO
LICENCIATURA EM TEATRO

Adriana Silva Amorim

OFICINA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS III
Educação para cidadania

Salvador
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Pró-Reitor: Penildon Silva Filho
Escola de Teatro
Diretora: Profa. Hebe Alves

Superintendência de Educação a
Distância -SEAD

Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Licenciatura em Teatro

Coordenador:
Prof. Mateus Schimith

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &
Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Imagem de capa:

Equipe de Revisão:
Julio Neves Pereira
Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão: Haenz Gutierrez Quintana |
Danilo Barros

Editoração / Ilustração:

Amanda dos Santos Braga; Ingrid Barretto;
Sofia Virolli; Luana Lopes.

Design de Interfaces:
Danilo Barros

Equipe Audiovisual
Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Amanda Gomes

Câmera, teleprompter e edição:
Gleyson Público; Valdinei Matos

Edição:
Juliana Costa

Videografismos e Animação:
Rafaela Feliciano



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

A524 Amorim, Adriana Silva.

Oficina de práticas pedagógicas III: educação para cidadania / Adriana Silva Amorim. - Salvador: UFBA, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2022.

53 p. : il.

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Licenciatura em Teatro na modalidade EaD da UFBA.

ISBN: 978-65-5631-065-7

1. Teatro - Estudo e ensino (Superior). 2. Cidadania. 3. Teatro na educação. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Teatro. II. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. III. Título.

Elaborada por Marcos A. N. Ferreira
CRB-5: BA-001758/O

CDU: 37

SUMÁRIO

Minicurriculo da autora	6
Carta de apresentação	7
Introdução	8
UNIDADE TEMÁTICA I - CIDADANIA É O QUE, MESMO?	11
1.1. As origens do termo “cidadania” na cultura eurocêntrica	12
1.2 A terra, a humanidade e a cidadania: Colonização do conceito de igualdade	23
1.3 Educação e Decolonização	28
1.4 Cultura como um direito	31
1.5 Síntese da unidade da unidade temática	34
2. UNIDADE TEMÁTICA II: OS 4 PILARES BÁSICOS DA EDUCAÇÃO	35
2.1 Desenvolvendo novas competências	37
2.1.1 Aprender a conhecer: Desenvolvimento de competências cognitivas	38
2.1.2 Aprender a fazer: Desenvolvimento de competências produtivas	40
2.1.3 Aprender a conviver: Desenvolvimento de competências sociais	41
2.1.4 Aprender a ser: Desenvolvimento de competências pessoais	42
2.2 Síntese da unidade temática	44
3. UNIDADE TEMÁTICA III: ESCOLHA, PLANEJAMENTO, ESTRUTURA, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA A CIDADANIA	45
3.1 Projeto “Eleições”	47
3.2 Projeto “Conhecimento é poder”	49
3.3 Projeto “Os Direitos Humanos vão ao teatro”	50
3.4 Faça você mesma	51
REFERÊNCIAS	52

CURRÍCULO DA AUTORA:

Adriana Silva Amorim, 47 anos, é doutora e mestra em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Teatro pela Universidade Federal da Bahia. Atriz, diretora e dramaturga; também é Técnica em Tradução e Interpretação, Língua Inglesa, pela Fundação José Carvalho. Formou-se atriz pelo Teatro Escola Macunaíma, SP, cidade onde você atuou entre 1996 e 1999. Concluiu a especialização em “Formação de Professores – Ensino Superior: Desafios da Educação Superior na Contemporaneidade” no Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge). Atua como Professora Adjunta do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), onde foi Diretora do Departamento de Filosofia Humana e Ciência (DFCH). Atuou também nos cursos de Bacharelado em Teatro e Bacharelado em Dança na mesma instituição, como Professora Substituto da Escola de Teatro da UFBA, como professora do Centro Universitário Jorge Amado, do Departamento de Comunicação, Cultura e Arte. Foi Coordenadora Pedagógico do Projeto Cuida Bem de Mim do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, do Circulando Arte da Associação Fábrica Cultural e do Ponto de Cultura Solar Boa Vista. É membro fundadora da Cooperativa Baiana de Teatro da qual fez parte entre os anos de 2004 e 2011, tendo produzido festivais, e integrado o Núcleo de Formação em Artes. É a idealizadora do CazAzul Teatro Escola, onde atua como conselheira artístico-pedagógica. Escreveu e dirigiu o espetáculo Raul, Lira e o Incrível Livro da Capa Azul com o Numca, Núcleo de Montagem da CazAzul Teatro Escola, que participou do Festival Polo Teatral (Prêmio Braskem de Teatro) e foi selecionado para o Festival Nacional de Teatro Infantil de Feira de Santana – Bahia. Compôs em 2009 o elenco do espetáculo Doralinas e Marias, projeto vencedor do Prêmio Manoel Lopes Pontes / 2008 da FUNCEB. Trabalhou como atriz em espetáculos como Do Cyrano - vencedor do Prêmio Myriam Muniz de Teatro / 2007 - FUNARTE, Solo compartilhada, Os Ovos de Militão - vencedor do Prêmio Carlos Petrovich de Teatro / 2007 da FUNCEB, A Casa dois Espectros, entre outros.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Olá, turma. Eu sou Adriana Amorim, professora de Dramaturgia, Argumento e Roteiro I e II, Direção de Atores, Teorias do Trágico e de Teorias do Cômico do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, aqui em Vitória da Conquista. Sou uma mulher lésbica, tenho 1 filha, 2 filhos, 2 cachorros, 2 gatos, 2 tartarugas, rinite crônica e muitas plantas. É uma honra estar de volta à minha velha casa, a querida Escola de Teatro da UFBA, na qual me licenciiei em Teatro, me tornei mestra e doutora em Artes Cênicas e experimentei, pela primeira vez, o ensino superior, atuando como professora substituta nos cursos de Licenciatura em Teatro e Bacharelado em Direção Teatral, nos idos anos de 2007. Foi a UFBA, junto ao Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, mais especificamente o Projeto Cuida Bem de Mim, que fortaleceram minhas pesquisas no campo do teatro e do ensino de arte intimamente ligados à luta pela garantia dos Direitos Humanos e pela justiça social. Filha de zelador e costureira conscientes de sua posição social e engajados politicamente, cresci cercada por noções de cidadania que, de alguma forma, sempre estiveram na pauta dos meus dias. Hoje, busco fazer como D. Iraci e S. Ático fizeram com suas três filhas, repassando aos meus mais do que noções de cidadania, e sim, a prática constante de reflexão, contestação e ação concreta na busca incessante por melhores condições de vida a todas, todos e todes.

Em Oficina de Práticas Pedagógicas III – Educação para a Cidadania, vamos dar continuidade aos processos de prática e reflexão sobre ações que envolvem o ensino de teatro numa perspectiva estética, pedagógica e também – talvez até sobretudo – crítica e com potencial transformador. O aprendizado experimentado, ao mesmo tempo que construído, nas duas disciplinas anteriores (Práticas Pedagógicas I – relações étnico-raciais e Oficina de Práticas Pedagógicas II) encontrarão eco nessa nova experiência.

O principal desafio dessa travessia será, dentre tantos, decolonizar não apenas as referências bibliográficas, não apenas os modos de agir, mas, sobretudo, o conceito de cidadania e o pensamento sobre o qual esse conceito foi erigido, para que nossa oficina de práticas pedagógicas possa avançar rumo a uma consciência coletiva e diversa de cidadania.

Vamos?



Ilustração: Sofia Virolli - Equipe CTE | SEAD | UFBA

INTRODUÇÃO

Um período de estudo sobre o ensino de arte e a experiência da cidadania, localizado no ano de 2022 é, no mínimo, uma grande oportunidade de confrontar presente e passado, teoria e prática, história e teatro. O pensamento parece extremamente dualista, mas, engana-se quem pensa que uma coisa está em oposição a outra. Na experiência cidadã e na prática teatral, a presença da complexidade define o que entendemos por conflito, dentro da experiência dramatúrgica quanto da experiência política, no sentido amplo do termo. Confronto entre objetivos, enfrentamento de obstáculos, cumprimento de etapas, escolhas e mudanças, tudo isso faz parte tanto da vida cotidiana, quanto da criação cênica.

Mas, o que o ano de 2022 tem a ver com essas reflexões? Ora, é simplesmente o ano em que a democracia e a cidadania serão postas à prova. É o ano em que conceitos e práticas como o voto, o processo eleitoral, as leis, a Constituição, os poderes republicanos e a própria ideia de República, serão testadas. Depois da experiência trágica da crise sanitária mundial, das eleições de 2018, depois de um golpe de estado em 2016 e depois da inquestionável demonstração de forças do poder da imprensa, fica patente que a relação entre política e construção de narrativa, uso de imagens, organização de discursos compõem o núcleo do que é a experiência humana, coletiva, por natureza.

Relacionar os conceitos aprendidos nas duas disciplinas anteriores Oficinas de Práticas Pedagógicas I e II trazem vocês até a III, prontas e prontos para encarar o desafio e a tarefa de aliar Educação e Cidadania para construir uma frente de reexistência e de construção de um novo momento histórico.

Tendo analisado cuidadosamente o cenário atual e tendo revisitado o conteúdo abordado por mim nas quase duas décadas de ensino superior, cheguei à conclusão de que para uma experiência tão radical e necessária quanto essa, seria necessário muito mais do que abordar estratégias metodológicas para o ensino de teatro, trazendo a cidadania como

um tema. Sentindo-me amparada pela experiência da turma até aqui, tomei coragem para construir este material focado no objetivo de imergir no conceito de cidadania e na tentativa de compreender como pudemos chegar aonde chegamos, ou seja, em um momento histórico em que as pessoas votam em quem declara que lhes fará mal, que lhes retirará direitos, que não se importa com eles. Tentar entender o que nos tem sido efetivamente roubado a cada nova assinatura de uma lei, de um Medida Provisória, de uma criação ou destruição de ministérios, secretarias e políticas públicas, requer que recuemos um pouco e busquemos compreender histórica e conceitualmente o que, afinal, é cidadania e onde é que ela foi parar.

Para tanto, esse material está dividido em três unidades. A primeira delas trata, sem rodeios, dos elementos mais básicos da noção de cidadania. Buscando uma abordagem dinâmica, provocadora e ao mesmo tempo conceitual. Nesta primeira unidade, a gente vai estudar um pouco de história, sociologia, talvez até filosofia para entender, ainda que de forma panorâmica, em que momento histórico a gente se encontra, o que nos trouxe até aqui, aonde poderemos ir e o que nos levará a esse tempo-espaço que está, não por vir, mas por ser construído por nós, hoje.

A segunda unidade apresenta um documento e com ele uma teoria educacional e social, que representa uma proposta, dentre centenas de outras, de enfrentar os desafios do Século XXI e do terceiro milênio. Quando a proposta dos Quatro Pilares Básicos da Educação foi desenvolvida, os desafios eram apenas uma possibilidade vislumbrada de longe. Hoje, passados quase 20 anos, apesar de apresentar a necessidade de muitos ajustes, críticas e alterações, por não ter previsto tantas e tão radicais mudanças que aconteceram na virada de século, o Relatório Jacques Delors ainda é vigoroso e tem condições de, revisto em alguns pontos, colaborar na construção de uma mudança efetiva nas relações sociais e políticas, sobretudo a partir da escola. Trata-se de um relatório construído por uma comissão para os Direitos Humanos da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) que reuniu pensadoras e pensadores de diversos países, culturas e desenvolvimento social, econômico e científico para identificar os maiores problemas do fim do século e as possíveis formas de os enfrentar.

Por fim, na Unidade 3, são apresentadas três propostas de intervenções práticas com o objetivo evidente de fazer parte desse ano eleitoral, de forma crítica, corajosa, planejada, coletiva. Não podemos mais ter medo de quem cruel e sistematicamente nos tem executado de todas as formas. O projeto deles é bem construído, antigo e muito bem patrocinado. Que o nosso seja construído com a bondade, a dignidade e a inteligência que sabemos que temos. Que essa disciplina seja uma plataforma de ação concreta no ano mais importante dessa primeira metade do século XXI.

Ah, antes de começarmos: as imagens que ilustram esse material são da cartunista Laerte e são cedidas para uso gratuito em associações, escolas, sindicatos e a fins. Perceba: não estamos a sós! Vamos à luta! A cidadania pode ser uma realidade. A democracia vale a pena!

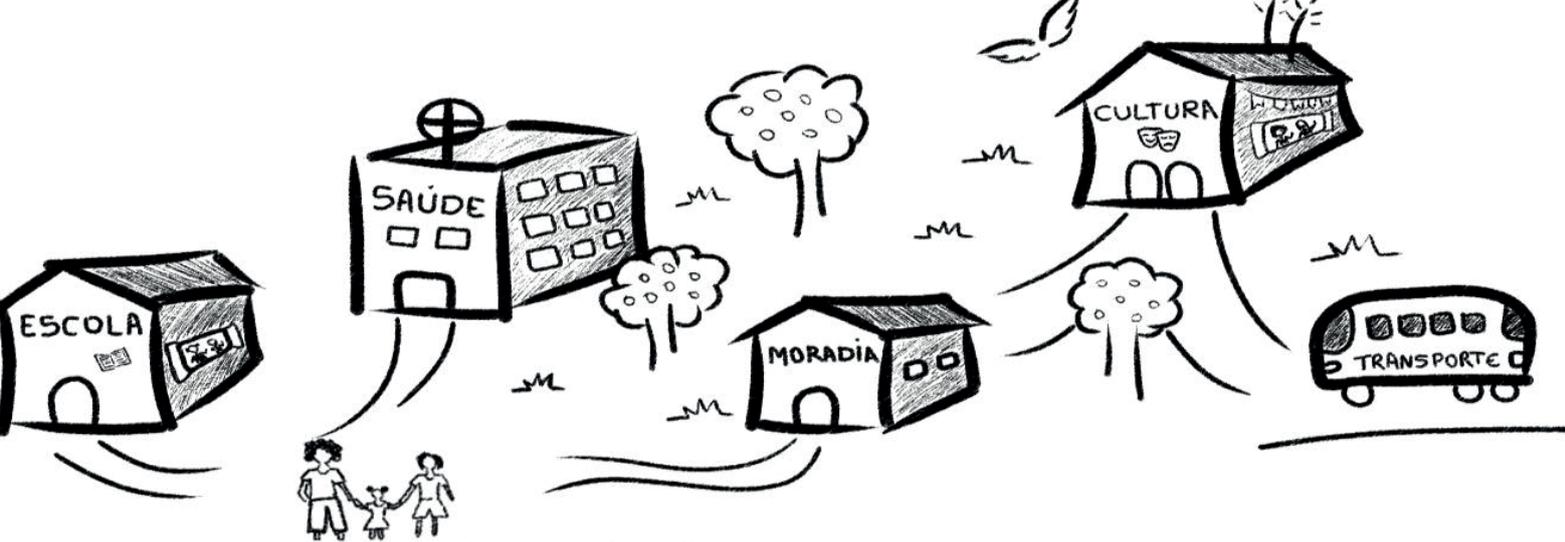


Ilustração: Sofia Virolli - Equipe CTE | SEAD | UFBA

1. UNIDADE TEMÁTICA 1: CIDADANIA É O QUE MESMO?

“A porta de entrada é o afeto. O ponto de chegada é a cidadania”

Luiz Marfuz – Projeto Cuida Bem de Mim

Um processo de educação para a cidadania, pelo teatro ou por qualquer outro caminho pedagógico, deve evitar estar isolado ou mesmo desarticulado dos demais elementos que compõem a realidade daqueles sujeitos, sejam essas realidades atuais, parte do passado histórico de sua comunidade ou seus planos para o futuro. Da mesma forma, além de reconhecer os fatos que garantem ou que afastam esses sujeitos de uma vivência realmente cidadã, é indispensável investigar os motivos que trouxeram essa comunidade – muitas das vezes toda a humanidade – até esse ponto, quais as possibilidades, reais ou utópicas de alterar essa realidade e, por fim, quais estratégias devem ser adotadas a curto, médio e longo prazo, em nível pessoal e coletivo para que se chegue ao desejável de uma experiência cidadã.

Partindo dessa premissa, vamos fazer um breve panorama do conceito de cidadania ao longo do tempo dentro de uma tradição de pensamento ocidental, majoritariamente eurocêntrica, mantendo uma postura crítica e reflexiva sobre essa noção, buscando uma abordagem decolonizante. Dessa forma, tentamos chegar a uma compreensão de cidadania que faça sentido em nosso contexto atual, levando em consideração nosso tempo, nosso lugar e os caminhos que nos trouxeram até aqui e, ao mesmo tempo, nos afastaram de outras realidades possíveis. Para tanto, será fundamental já ter estudado o Ebook Oficina de Práticas Pedagógicas e Relações Étnico-Raciais do Prof. Tássio Ferreira (2021) que nos introduz, de forma impecável, nos meandros dos grandes e cruéis efeitos da colonização, sobretudo no que diz respeito ao soterramento de cosmovisões e no lamentável epistemicídio afrocentrado.

1.1 As origens do termo cidadania na cultura eurocêntrica

Quando operamos com algum conceito, é importante levar em consideração o fato de que todo conceito, ideia, ou mesmo um simples verbete tem sua compreensão e uso diretamente relacionados ao momento histórico não apenas em que surge, mas também quando suas acepções são alteradas. Muitos conceitos vão representar algo considerado positivo num tempo e depreciativo em outro como, por exemplo, o termo empreendedorismo que por muito tempo foi compreendido como uma capacidade pessoal de empreender novos projetos e que, atualmente, é reconhecido como eufemismo da precarização das relações de trabalho e dos níveis alarmantes de desemprego. O contrário também acontece, quando alguns movimentos ou grupos sociais são taxados com um termo depreciativo que, em seguida, será utilizado para nomeá-los e estampar o orgulho e a luta pela superação dos preconceitos que, outrora, lhe batizaram. Como exemplo dessa prática, temos o movimento musical Axé Music, termo depreciativo utilizado pelo jornalista Hagamenon Brito numa crítica à música produzida na capital baiana em meados da década de 80. Do mesmo modo, o movimento Queer utiliza a palavra inglesa que, na virada do século XIX para o XX, era uma forma de xingamento de pessoas não heterossexuais ou cis gênero.

O termo cidadania, por sua vez, também vai sofrer alterações em diferentes épocas e culturas, sem deixar, no entanto, de estar ligado a uma noção de direitos, sociedade e, certamente, de poder e de democracia. Aproximadas, as duas noções (cidadania e democracia) são ainda mais potentes e envolvem um sem-número de condições e complexidades. Nos tempos atuais, por exemplo, a relação entre a prática cidadã democrática com o exercício do voto podem, na teoria, dizer que o Brasil é um país democrático e cidadão. Quando, no entanto, vemos os resultados das últimas eleições, tanto no âmbito federal quanto na dimensão dos municípios, fica evidente que o direito ao voto, isoladamente, não garante democracia plena e, muito menos, cidadania a todas, todos e todes.

Apesar de não dar conta de processos de modernização, da queda em desuso das palavras, de suas alterações na escrita e no sentido, o estudo da etimologia de uma palavra se revela, muitas vezes, um bom começo quando se quer compreender seu sentido atual e as transformações pelas quais passou. Assim, vale a pena lembrar que a origem da palavra cidadania está relacionada ao latim *civitas* que se relaciona com o termo utilizado para retratar a cidade romana, numa relação similar ao conceito de política, derivado da Polis grega. Dessa forma, é possível já compreender que a noção de cidadania está intrinsecamente ligada à noção de democracia e ambas dizem respeito à noção de cidade, que, por sua vez, trata, de modo geral, do convívio coletivo em ambientes urbanos. É

importante também levar em consideração que o exercício da cidadania não pode jamais ser dissociado da prática de exercer direitos e deveres e deve ser a vivência prática da construção de uma sociedade justa. Tal exercício acontece ao mesmo tempo no que se costuma chamar de esfera privada (tudo o que é particular) e na esfera pública (tudo o que é comum a todas as pessoas). No exercício desses direitos, está o direito de reivindicar por direitos e, antes disso, o direito de conhecer os próprios direitos. Isso significa dizer que a comunicação íntegra e honesta, a prática política de diálogo com todas as esferas de poder, desde as associações mais elementares de uma sociedade até aqueles considerados os mais altos postos de poder: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são condições indispensáveis para a efetivação da cidadania. Caso esse diálogo exista, a cidadania se dá a partir dele, caso contrário, ela se dá na luta pela sua efetivação. Não custa lembrar que a Universidade é um espaço fundamental da garantia do direito de conhecer e de lutar pelos direitos e deve, a partir do trabalho acadêmico que envolve ensino, pesquisa e extensão, zelar por esse direito em nome da sociedade. Não é à toa que a educação e a cultura são as primeiras instituições a serem violenta e sistematicamente atacadas quando sobem ao poder governos que flertam com práticas não democráticas. Educação, teatro e cidadania estão, como se pode notar, irremediavelmente ligados. É a partir da pressão das camadas populares diante do poder estabelecido, que nem sempre garante cidadania a todas as pessoas que a possibilidade de cidadania avança. O poder estabelecido, em boa parte do tempo, se revela extremamente seletivo na garantia de direitos, às vezes, de modo declarado, às vezes, de modo dissimulado.

Maria de Lourdes Manzini-Covre em seu livro *O que é Cidadania* (2002), da importante coleção *Primeiros Passos* (Editora Brasiliense) nos ajudará nessa jornada de compreender a histórica evolução do termo. Desse modo, é a partir de suas provocações que vamos avançar.

Sua primeira noção, extremamente útil no nosso contexto de ensino de teatro, é a de que os direitos e deveres de toda cidadã e todo cidadão (pessoas que exercem cidadania) são garantidos através de políticas públicas, e estas devem ser idealizadas, executadas, observadas e avaliadas para o povo, com o povo e pelo povo (ainda que através de representações). Assim é muito importante conhecer não apenas a ideia de políticas públicas, mas também como são desenvolvidas e como você pode atuar diretamente nesse âmbito a partir de seu lugar, de sua realidade, de sua comunidade. Um dos maiores equívocos é se iludir de que a política é feita apenas por políticos engravatados que se elegem de quatro em quatro anos. A política, de forma real e concreta, é feita no âmbito da vida cotidiana, no chão da fábrica, na roça, nas escolas, igrejas e praças. Se temos a impressão de que a política é feita apenas pelas pessoas que elegemos para serem nossos

representantes e que é impossível mudar o que está posto, essa impressão é equivocada, pois, se as leis e práticas não operam a nosso favor, é porque estamos pouco ou nada atuantes e deixamos aqueles que na verdade não nos representam, tomarem as decisões à nossa revelia e contra nossos direitos. Governar de modo justo é o resultado de nossa pressão ou de nosso silenciamento e, certamente, de nosso modo de votar.



Conceito

POLÍTICAS PÚBLICAS:

Conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos com a participação direta ou indireta de organizações civis (públicas ou privadas) que têm como objetivo assegurar direitos garantidos pela Constituição a determinados segmentos sociais, culturais, étnicos ou econômicos. Ex.: Programa Minha Casa, Minha Vida e Programa Bolsa Família, Sistema de Cotas.



Figura 1: Brasil notícia
Charge: Laerte - Domínio público.

Manzini-Covre nos lembra que a ideia de cidadania se desenvolveu a partir de uma lógica burguesa. Essa lógica, porém, não é exatamente a que conhecemos hoje. Havia na ideia de burguesia, em sua origem, uma perspectiva libertadora e igualitária. acredite! A autora defende enfaticamente que a cidadania é, ao fim e ao cabo, o exercício do direito à vida, em seu sentido mais pleno e que essa ideia, ainda que supostamente simples, jamais pode ser perdida de vista. O exercício desse direito, para fins de compreensão intelectual

– já que na prática ele acontece de modo integral – pode ser organizado a partir de três esferas:

A esfera dos DIREITOS CIVIS;

A esfera dos DIREITOS SOCIAIS;

A esfera dos DIREITOS POLÍTICOS.

Os direitos civis dizem respeito ao direito de dispor do próprio corpo, ao direito à locomoção, à segurança, entre outros que dizem respeito à própria existência de cada pessoa. As formas de atentar contra esse direito são a escravidão, a tortura e o cerceamento da liberdade, para ficar apenas em alguns. Por isso, sabemos que regimes escravocratas, ditatoriais e afins são regimes nos quais a cidadania está deliberadamente suspensa. Mas, não se engane pensando que apenas nesses casos a cidadania é interrompida. Em regimes democráticos, nos quais, apesar de garantidos por lei, os direitos à alimentação, saúde, segurança, educação e cultura são negados a uma parcela da população e garantido a outras, a cidadania foi brutalmente ferida. Essa ruptura opera dentro da esfera dos direitos sociais e dos direitos políticos.

Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde, educação e direito ao trabalho. Se numa mesma sociedade, algumas famílias têm condições de ter inúmeros imóveis e outras famílias moram na rua, essa sociedade não garante cidadania. Se uma pessoa tem condições de dirigir um carro para ir ao trabalho, ou mesmo ao cinema, teatro, comércio e outra não consegue acessar bens culturais porque não tem modos de se locomover até o local onde esses bens são oferecidos, ou ainda, se uma pessoa gasta muitas horas de seu dia para chegar ao trabalho, sem que essas horas sejam compensadas, se as condições deste transporte são insalubres e humilhantes, não se pode falar em cidadania. Essas diferenças, portanto, (de condições de moradia e locomoção do exemplo) mostram que não se trata estritamente de uma questão financeira ou de diferenças sociais, mas sim de problemas graves na garantia dos direitos de todas as pessoas desta sociedade.

Já os direitos políticos dizem respeito à deliberação da pessoa sobre os rumos de sua própria vida, sobre sua livre expressão de pensamento, prática política, religiosa etc. Tratam, portanto, do exercício da vida “em” comunidade e do exercício da vida “da” comunidade e seu desdobramento em outros organismos coletivos, como sindicatos, associações, partidos políticos, escolas, conselhos etc. que são de participação direta e também de participação indireta, por meio de representação, como no caso da eleição de governantes. A resistência a opressões governamentais e/ou econômicas (greves,

movimentos sociais, manifestações) também pertencem à esfera dos direitos políticos. Por fim, a organização e garantia dos direitos civis, sociais e políticos, passam, também os três, pelos direitos políticos. A criação, observância e a garantia dos direitos se estruturam, no Brasil, dentro de um Estado Democrático de Direito, que explicamos a seguir.



Atividade

Enquanto descansa a mente e bebe um copo d'água, pense no conceito de cidadania e nas três esferas dos direitos. Olhe ao seu redor. Observe sua própria vida. Tente listar 1 direito de cada esfera que você tem garantido. Em seguida, liste 1 direito de cada esfera que você acredita que lhe é negado. Anote.



Figura 2: Despesas
Charge: Laerte - Domínio público.

O estabelecimento do Estado de Direito e a promulgação de diferentes cartas constitucionais ou constituições, passam a se efetivar na Revolução Francesa, quando, pela primeira vez no mundo ocidental todas as pessoas são consideradas iguais. É importante lembrar que na aclamada democracia grega as leis valiam apenas para as pessoas livres, o que excluía mulheres, crianças e pessoas escravizadas. O Estado de Direito representa o rompimento com o direito obtido pelo nascimento, característica do Estado Despótico, por exemplo. Nesse rompimento, a ideia de Aristocracia é substituída pela cidadania e o imobilismo feudal dá lugar à ideia de emancipação.

E já que estamos falando diretamente de direitos políticos, vale a pena lembrar que o espaço social e político no qual se garantem os direitos e deveres que tornam a cidadania possível, é o ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, inspirado no ESTADO DE DIREITO.



Glossário

GLOSSÁRIO DO AGORA:

Aristocracia: organização sociopolítica baseada em privilégios de uma classe social formada por nobres que detém, ger. por herança, o monopólio do poder.

Estado despótico: governo concentrado apenas em um governante

Imobilismo feudal: Impossibilidade de a pessoa mudar de vida ou de status social dentro do Sistema Feudal

Emancipação: Ação de ser ou de se tornar independente, livre.

Estado de Direito: relação jurídica centralizada para garantir estabelecer e direitos iguais a todas as pessoas. No Estado de Direito a lei está acima dos governantes. Mas, quem faz as leis?

Estado Democrático de Direito: forma de estado na qual a lei que está acima dos governantes deve ser criada, executada e fiscalizada por representantes que, em tese, devem zelar pelo interesse coletivo.



Figura 3: Abrindo janelas
Charge: Laerte - Domínio público.

Alguns documentos legais de sociedades democráticas emergentes inspirados nas ideias Iluministas que alimentaram o ideal da Revolução Francesa de 1789 (como a Constituição dos Estados Unidos da América de 1787, por exemplo), vão desembocar, um século e meio mais tarde, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), principal documento da vida civil, social e política, vigente até os nossos dias. E aqui temos acesso a uma questão curiosa, para dizer o mínimo: o reconhecimento e a luta pela garantia da igualdade entre todas as pessoas foram empreendidos pela burguesia, classe social que hoje opera justamente como promotora de desigualdade e exploração, atualizando princípios de regimes que ela mesma combateu outrora. Mazini-Covre diferencia essas duas burguesias, chamando a primeira de Burguesia Combatente e a segunda de Burguesia Opressora. O centro nervoso da problemática para estar diretamente ligado à forma de expansão do poder desta burguesia: a questão da colonização. Mais uma vez, o modo de estruturação social não se baseia integral e realmente na igualdade entre as todas as pessoas. Parece sempre haver um limite, se não para a ideia ao menos para a prática, da igualdade. Similar à experiência da democracia grega que se aplicava apenas às pessoas consideradas livres, a igualdade proposta pela burguesia não vai incluir os povos colonizados pelas nações colonizadoras. Se hoje admitimos que a cidadania plena não seja garantida a todas, todos e todes, é porque nos acostumamos ao fato de que um grupo de pessoas tem mais valor (e por isso mais direitos) do que outros. Enquanto aceitarmos que uns tenham privilégios enquanto outros não têm sequer garantidos seus direitos, não estaremos atuando em prol da cidadania.

BURGUESIA:

Classe social surgida na Europa, com o desenvolvimento dos burgos (termo latim ligado a ideia elementar de cidade medieval) e do comércio. Essa classe começa a experimentar um enriquecimento que passa a lhe proporcionar crescente liberdade e algum nível de interferência política, social e econômica em outras classes, sobretudo a partir da Revolução Francesa. Hoje a burguesia representa a classe dominante dentro do sistema capitalista.

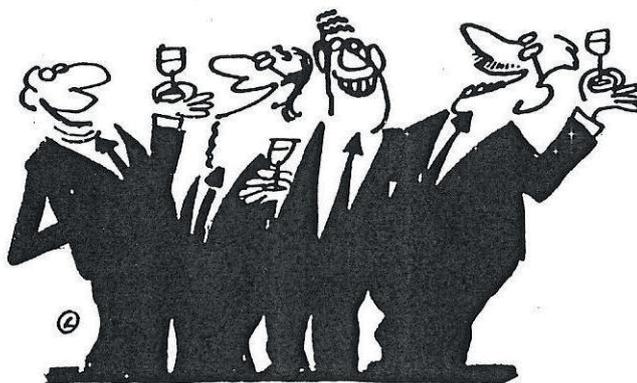


Figura 4: Festa patrão
Charge: Laerte - Domínio público.

Outro problema resultante dessa ideia de cidadania desenvolvida pela burguesia é a defesa do direito ao trabalho. Mais do que garantir a subsistência e o desenvolvimento pessoal através do trabalho de cada pessoa, o direito ao trabalho pode, em alguma medida, se revelar uma armadilha, posto que a noção de trabalho no regime capitalista está mais relacionada à exploração da mão de obra e dos meios de produção por um grupo em clara opressão a outro, do que realmente de igualdade de oportunidades para todas as pessoas. A luta pelo direito ao trabalho deve estar também ela, cercada de reflexões históricas e éticas. Uma luta pelo direito ao trabalho, sem a luta pelos direitos trabalhistas é contraditória. Um exemplo concreto desse risco, é o uso constante do argumento da geração de empregos para justificar verdadeiros crimes ambientais, decisões desumanas contra determinadas nações subdesenvolvidas e a manutenção de abismos sociais, que servem para que a fortuna de um pequeno grupo de pessoas siga aumentando exponencialmente. De modo irônico, eu diria mesmo cínico, até no caso da retirada de direitos trabalhistas, a geração de novos postos de trabalho é usada como justificativa. Do ponto de vista pessoal, também o direito ao trabalho vem tendo sua compreensão deturpada, quando passa de direito a obrigação, afunilando as escolhas de jovens para carreiras que representem apenas um desenvolvimento financeiro e de status social baseado em posses e saldo bancário, considerando fracassada ou fracassado quem optar por profissões que promovam outras formas de ação e desenvolvimento.

PEQUENA PAUSA COM CONTEÚDO DENTRO:

Enquanto alonga o corpo um pouco (e talvez beba mais um copo d'água, pense nas condições de trabalho de sua cidade. Você tem um trabalho? Você está satisfeita/o com seu trabalho? Você tem um salário compatível com as funções que exerce? E sua família? Tente listar 3 coisas boas sobre o trabalho no cotidiano de sua comunidade (você, sua família, seu entorno) e 3 problemas que vocês enfrentam em relação ao trabalho. Anote.



Figura 5: Categorias
Charge: Laerte - Domínio público.

Nesse ponto, não é estranho propormos uma reflexão sobre a importância da defesa da Constituição Brasileira (sobre a qual trataremos logo mais) e os riscos que temos vivido em nosso país nos últimos anos, quando seus artigos têm sido claramente feridos, fazendo do Brasil um país no qual o Estado Democrático de Direito esteja violado. Independente dos supostos motivos e das manobras legislativas, executivas e/ou judiciárias, uma Constituição deve servir para nortear as ações do corpo político a fim de garantir plenos direitos aos cidadãos e cidadãs. Quando esse pressuposto é ferido, vivemos num estado de exceção. A Constituição deve, pois, ser respeitada e obedecida, a despeito de qualquer justificativa, posto que essas justificativas são construídas por pessoas e grupos políticos e sociais que detém o poder da informação, da produção, da criação de postos de trabalho e constroem um jogo de subjetividades que nos faz crer nas suas boas intenções, quando na verdade estão tentando nos manipular, explorar, retirar direitos e liquidar qualquer possibilidade concreta de cidadania. “Lembre-se aqui da importância da Constituição. É um documento que limita o poder dos governantes e condensa a ideia dos direitos e da cidadania, único instrumento não-violento para a

segurança dos cidadãos. (...) Constituição violada significa cair na tirania e no arbítrio dos que têm o poder econômico e ou político”. (MANZINI-COVRE, 2002. P. 20)



Glossário

GLOSSÁRIO DO AGORA:

A forma de governo brasileira é a República e o sistema de governo é o Presidencialismo. Dentro dessa configuração e com base na concepção histórica do filósofo francês iluminista Montesquieu, os poderes públicos, estão divididos em três níveis:

Poder Legislativo: Tem a tarefa de legislar, ou seja, criar leis que atendam às necessidades da população como um todo. Além disso, é função dos membros deste poder fiscalizar o Poder Executivo para que este efetivamente cumpra as leis. Fazem parte do Poder Legislativo: Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados (Federais ou Estaduais), Vereadoras e Vereadores (Municipais). OS REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO SÃO ESCOLHIDOS ATRAVÉS DO VOTO DIRETO.

Poder Executivo: Sua função é executar, ou seja, garantir os meios para a fiel execução das leis. Deve estar atento às necessidades cotidianas de toda comunidade e criar meios cabíveis para que sejam atendidas, da forma como está garantido na lei. Não tem, no entanto, o poder de alterar ou criar novas leis. Compõem o Poder Executivo: A presidenta ou o Presidente, Governadora ou Governador e Prefeita ou Prefeito, juntamente com seus vices. OS REPRESENTANTES DO EXECUTIVO SÃO ESCOLHIDOS ATRAVÉS DO VOTO DIRETO. Seu trabalho é posto em prática através de Ministérios, Secretarias e Coordenações. Essas funções não são escolhidas pelo voto popular, mas são indicações de quem chefia o Executivo.

Poder Judiciário: Tem a nobre tarefa de garantir os direitos de todas as pessoas (física, jurídica, animal e ambiental). Em havendo dissonância entre a lei e a prática, são os membros do Poder Judiciário que devem

zelar pelo cumprimento da lei. Este Poder possui muitas divisões e SEUS MEMBROS NÃO SÃO ELEITOS PELO POVO. O Supremo Tribunal Federal (STF) é o maior órgão do Poder Judiciário. Uma de suas principais tarefas é garantir a obediência à Constituição Federal, ou seja, ele é responsável por efetivar todos os direitos contidos na Carta Magna. Também é sua função julgar ações penais contra parlamentares como deputados e senadores, autoridades com foro privilegiado. Seus ministros são indicados pela pessoa que ocupa a presidência do país, e devem ser brasileiro ou brasileira, ter entre 35 e 75 anos e ter notório saber jurídico e reputação ilibada, conforme ordena a Constituição.



Figura 6: Deixa conosco
Charge: Laerte - Domínio público.

Como foi possível ver até aqui, a existência coletiva e o desenvolvimento de sociedades são uma experiência altamente complexa que não pode ser compreendida com conceitos simplórios ou sem conhecimento histórico, consciência de classe e reflexão constante. Para quem se sentiu instigado por esse conteúdo, o estudo desse assunto pode ser aprofundado nas áreas de Sociologia, História, Política e Filosofia.

GRANDE PAUSA COM CONTEÚDO DENTRO:

Assista ao filme Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá (2006), de Sílvio Tendler. Registre 3 ideias de intervenção que você teve a partir do filme. Anote.

Link para o vídeo: (https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM)

1.2 A Terra, a humanidade e a cidadania:

“Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade hegemônica na qual há muito tempo o consumo tomou lugar daquilo que antes era cidadania”

Ailton Krenak

Como todo conteúdo com o qual travamos conhecimento, é necessário aqui ter um enfrentamento do conceito de cidadania apresentado acima. Não devemos nos acomodar num conceito, num dado histórico, num comportamento pessoal ou social, quer seja ele contrário à nossa visão de mundo, quer seja condizente com ela. Assim, da mesma forma que compreendemos a importância do desenvolvimento da noção de cidadania e também a urgência em a defender nos dias atuais, é fundamental ter a consciência de que ela é desenvolvida dentro de uma visão de mundo bastante específica. Como uma ideia de vida plena para todos e todas é sustentada em outras culturas, em outras filosofias, em outras cosmovisões? Em todas as formas de compreensão de vida, podemos dizer que somos todos iguais? Quais os perigos da defesa da igualdade se tornar um exercício de adestramento e silenciamento de outras identidades? Não se iluda. Não há uma resposta única, correta ou precisa para essa e para qualquer outra questão desafiadora e fundamental como esta. É preciso seguir tentando responder e a cada resposta encontrada é indispensável construir uma nova pergunta. Respostas definitivas destroem o pensamento crítico e criador.

Como os povos africanos e os povos originários do Brasil vivenciam o que na cultura ocidental chamamos de cidadania? Para responder a essa pergunta, vamos promover um diálogo breve com o filósofo brasileiro Ailton Krenak.

O indígena dos povos Krenak, região do Rio Doce em Minas Gerais, em suas inspiradas aparições nos lembra que a vida é muito mais do que a frágil ideia de humanidade que nos foi imposta. Em *Ideias para adiar o fim do Mundo* (2019) o pensador, dentre várias outras provocações, nos convida a pensar em quais são as reais vantagens da noção de humanidade com a qual temos sonhado e que seguimos defendendo, dentro de uma visão totalmente eurocêntrica. Para ele, essa ideia de humanidade pode ser a base de muitas escolhas equivocadas que temos feito ao longo dos séculos e se tornou uma justificativa plausível para muitas violências. O primeiro, se não o maior, equívoco dessa noção de humanidade diz respeito à dissociação da nossa existência da natureza como um todo, ou seja, da terra (e da Terra), como parte de nós e nós como parte dela. A ideia de uma

existência individual, essa particularidade específica que é nossa própria vida, como algo que se completa em si, parece atrapalhar toda e qualquer chance de desenvolvermos um modo realmente possível de resistirmos ao que nos tem assolado sem piedade, desde desastres naturais até comportamentos sociais indesejáveis, para usar um eufemismo. O desafio talvez seja lutar por pautas que estejam realmente conectadas entre si pelo bem coletivo e não por outras que nos fizeram crer que são de fato melhores para nós e nossos grupos sociais. Como diz Krenak (2021): “É preciso descolonizar os sonhos”.

Para dar um exemplo desse desafio, vamos pensar mais profundamente no conceito de igualdade. Sim, é importante lutarmos constantemente para que todas, todos e todes tenhamos direitos iguais. No entanto, quando pensamos a partir de uma cosmovisão não-ocidental é possível compreendermos que as anciãs e os anciãos têm uma experiência diferenciada e extremamente qualificada e que, portanto, são seres de inteligência e capacidade maior que os jovens, sendo, dessa forma, portadores de um conhecimento fundamental para a garantia de uma boa vida na terra, devendo ser ouvidos e considerados em seus conselhos e suas leituras de mundo.

Ao mesmo tempo, porém, sabemos que a força da juventude, sua ousadia, atrevimento e desejo por descobertas e mudanças pressionam a sociedade para novas formas de ler o mundo e de atuar nele. Por exemplo, a luta das comunidades sexo-diversas por seus direitos civis, sociais e políticos, ou a luta das mulheres contra o machismo, a misoginia e a cultura do estupro, que tem promovido importantes mudanças em pensamentos e comportamentos sociais seculares que outrora não se percebiam como opressores e cruéis. A complexidade da vida humana requer de nós, como foi dito, um pensamento crítico constante.



Glossário

GLOSSÁRIO DO AGORA:

Cultura do estupro: Manutenção de um ambiente cultural (com comportamentos sutis ou explícitos) propício à prática da violência sexual por silenciar ou relativizar esse crime contra as mulheres através de mecanismos culturais (normas, valores e práticas) a partir dos quais as pessoas naturalizam e aceitam tais violências.

Machismo: Enaltecimento do sexo masculino sobre o feminino, expresso por comportamentos, opiniões e sentimentos que declaram a desigualdade de direitos entre os dois.

Misoginia: Ódio à mulher. Diferente do machismo, envolve um forte conteúdo emocional à base de repulsa e aversão. Pode estar associada à dificuldade de elaboração de sentimentos ambíguos de amor e ódio em relação às figuras do pai e da mãe.

Sexismo: Atitude discriminatória que define usos e costumes para cada sexo, desde o modo de vestir até o comportamento social adequado.

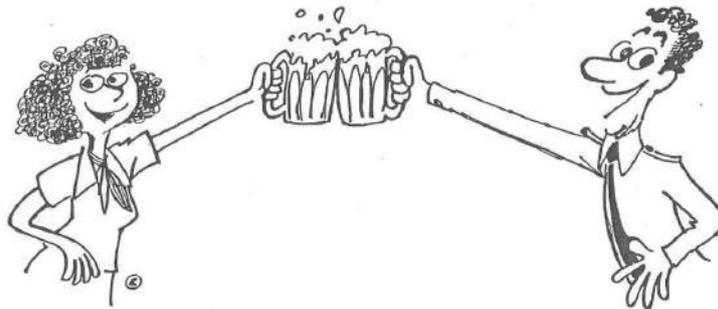


Figura 7: Brinde saúde
Charge: Laerte - Domínio público.

Mais um desafio para nosso pensamento crítico: refletir sobre o lugar do consumo em nossas vidas não se reduz a deixar de ter coisas, muito menos defender que militante dos Direitos Humanos não deva possuir um celular de ponta. Pular de um extremo a outro sem capacidade crítica, em nada nos ajuda. A pensadora contemporânea Monja Coen Roshi nos lembra que se apegar à ideia do desapego é, em si, um apego. O que devemos compreender (e combater) é justamente o que Krenak (2021) chama de “colonização do sonho”. As coisas que eu “desejo” ter, os “sonhos” que eu espero realizar são de fato sonhos meus, genuínos, ou foram implantados em mim por um poderoso jogo de sentidos que me faz crer que eu desejo algo, quando de fato não desejo? Será que por coincidência, todas, todos e todes desejamos ter uma profissão rentável, comprar uma casa, um carro e ter uma família tradicional brasileira com um casal de filhos, sendo, preferencialmente

uma menina e um menino? Esse modelo de futuro bidimensional que não permite desvios, foi erguido em nosso imaginário como destino ideal de nossa trajetória e para alcançá-lo, devemos seguir um padrão de comportamento ao longo de nossas vidas. E as outras possibilidades de sonho? Dentro desse contexto, elas são todas consideradas de risco. Ser artista, viajar, voltar-se para a vida no campo, entre tantas outras possibilidades, são considerados desvios e, em muitos casos, fracasso. Não se leva em consideração, em nenhuma instância, a felicidade ou o sofrimento que esses percursos causam em seus sujeitos. O modelo de futuro, felicidade e, em última instância, cidadania, pode ter sido corrompido, sem que a gente sequer tenha notado. “Pra que ser cidadão? Pra que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões.” (KRENAK, p. 13)

CONSUMO: Do Latim *consumere*, “comer, desgastar, desperdiçar”. Aquisição e uso de bens ou serviços, geralmente por meio da compra. Terceiro estágio do processo que começa com a produção e segue para a distribuição do produto até o consumidor.

CONSUMISMO: Caracterizado pelo consumo exagerado, sem finalidade específica. Conhecido como “o consumo pelo consumo”. Com o advento da tecnologia e da produção em grande escala, os produtos industrializados se tornaram mais acessíveis e o consumo cresceu descontroladamente, tornando-se o fim em si mesmo.



Figura 8: Família compra mercado
Charge: Laerte - Domínio público.

A sociedade capitalista estimula o consumo em níveis extremamente elevados, o que tem impactado nos recursos naturais, causando prejuízos sociais e ambientais, como produção de lixo em larga escala, escassez de água, maus tratos e extinção de animais. Ao mesmo tempo em que uma atitude individual de postura crítica diante do consumo parece não ter impacto algum diante da crise mundial, nenhuma solução será possível sem passar pela consciência pessoal, que não está desconectada da consciência coletiva. Ser capaz de refletir sobre seu comportamento diante da sociedade capitalista, sobre seu poder de decisão e escolha, ainda que limitado pelo contexto, fortalece a consciência e pode inspirar mudanças em sua vida e na vida de sua comunidade. Se uma pessoa agindo sozinha não pode mudar a realidade, tampouco esta será transformada sem uma atitude consciente e concreta.

E como viemos parar no tema do consumo? Ora, consumismo, capitalismo e colonização parte de um mesmo sistema perverso, responsável pela rota equivocada que temos traçado nos últimos três séculos. Se o extermínio de civilizações inteiras e a escravização de povos outrora livres e autônomos não forem suficientemente eloquentes para considerarmos este caminho como um erro brutal, significa que não estamos prontas e prontos para entender e muito menos promover o ensino de teatro como prática emancipadora e cidadã. Sem compreender que estas feridas são fruto de escolhas deliberadas que continuam a ser alimentadas em nosso cotidiano, nossa prática será apenas paliativa ou mesmo (torcemos que não) estejam fazendo, sem saber, o jogo do sistema. Encarar os efeitos do processo de colonização de frente e fazermos uma autocrítica de nosso lugar no mundo, desde nossos antepassados até nossa prática cotidiana é o passo fundamental para realmente avançarmos rumo a um mundo equilibrado.

A colonização pode ser compreendida pontualmente numa abordagem histórica e geográfica empreendida de forma sistemática a partir do Século XVI assim ser facilmente atacada por pessoas dispostas a lutar por um mundo melhor. No entanto, a noção de colonização, como tudo o que temos visto até aqui, pode ser mais complexa do que parece. Não estamos falando “apenas” do cruel empreendimento de uma civilização sobre outra, disso também, já que essa grande colonização representa o estabelecimento de relações internacionais, interculturais e extermínio de povos, línguas, tradições e culturas, além de um epistemicídio que altera as formas de leitura de mundo e atuação sobre ele. Podemos – e devemos – compreender a colonização no âmbito cotidiano. Nossos pensamentos e nossas ações, impulsionadas por compreensões e desejos que talvez tenham sido colonizados. Quando estudamos determinadas tradições e não outras, quando construímos argumentos, quando julgamos comportamentos, quando educamos nossas crianças, quando “escolhemos” nossas práticas religiosas, quando

definimos o que colocamos na mesa para nos alimentar. Grandes e pequenas ações da nossa vida, provavelmente estão marcadas por processos colonizadores de vários espectros.

Se colonizar é, grosso modo, ocupar, habitar, impor modos e explorar locais e culturas distintas, como podemos detectar se estamos tendo uma postura colonizadora ou colonizada, em nosso dia a dia comum? E por que isso é importante? Vejamos.

Às vezes, inadvertidamente ou não, tentamos impor um modo de pensar ou um modo de agir, sobre outro grupo de pessoas ou mesmo sobre outra pessoa especificamente. Num diálogo aparentemente simples, quando falamos ininterruptamente, sem espaço para ouvir a outra pessoa, ou ainda quando fingimos que ouvimos, mas não estamos dispostas a abrir mão de nossos conceitos para de fato pensar no que a outra pessoa está nos apresentando, aniquilamos a própria ideia de diálogo e o importante embate de visões de mundo, de leituras de contexto, de abertura para o novo. Dessa forma, exterminamos de vez a possibilidade de nascimento de uma ideia original e fresca. Muitas vezes desejamos, no âmbito privado, colonizar o outro sem nos darmos conta de que já fomos, nós mesmos, colonizados por uma ideia exterior que defendemos como se fosse nossa, tornando-nos agentes de uma ideia que supomos combater.

Como garantir, então, que nossa prática pedagógica não será um projeto colonizador? Você consegue pensar sobre esse assunto sem se assustar?

1.3 Educação e descolonização

O colonizador, ao conquistar e dominar os povos não-europeus e suas culturas, não praticou apenas genocídios físicos e dominação econômica, mas também epistemicídios, sufocando expressões de conhecimento próprias e originais dessas outras culturas.

(Boaventura Souza Santos, 2004)

Como estudantes da disciplina Oficina de Práticas Pedagógicas III, vocês já devem ter construído um repertório considerável de conceitos e reflexões sobre questões ligadas à educação, à cultura e a teorias sociais. Também devem ter observado que boa parte de nosso percurso intelectual se ancora em conceitos e elucubrações filosóficas. Você já deve ter observado que a filosofia, mais do que um espaço para questionar e ao mesmo tempo construir o mundo em que vivemos, é um campo de disputa constante de poder. Quem

detêm o poder da leitura de mundo, seus códigos, signos e procedimentos, consegue construir um vasto mundo de relações e princípios.

Pensando assim, é importante darmos atenção às práticas pedagógicas e suas relações com o exercício filosófico de pensar o mundo e o exercício político de construir o mundo que desejamos. A nossa prática pedagógica se estrutura a partir de nosso pensamento de mundo, de nossas ideias sobre a humanidade e sobre a experiência da vida. Cientes disso, é importante refletirmos sobre o que estamos empreendendo em sala de aula, quando propomos nossas atividades teatrais.

É impossível falar de educação numa perspectiva cidadã e decolonial, sem trazer sempre e uma vez o grande Paulo Freire e sua revolução promovida com a obra *Pedagogia do Oprimido*. A ideia de uma filosofia decolonizada desenvolve-se em grande medida na América Latina de língua espanhola e tem como foco principal os trabalhos do grupo organizado no final dos anos de 1990 conhecido como Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), surgido a partir de dissidências de seu antecessor o Grupo de Estudos Subalternos Latino-americanos. “O objetivo principal defendido pela proposta de reflexão epistemológica do Grupo M/C era identificar e superar os marcos da colonialidade instaurada nos campos do poder, do saber e do ser.” SEVERINO e ROMÃO (2019?). Além da América Latina, essa prática tem se desenvolvido desde o final do Século passado em nações que foram vítimas de processos de colonização, como países orientais e civilizações africanas, cada um deles, promovendo uma imersão em sua própria cultura a partir das realidades cotidianas, para daí gerar uma filosofia original que não seja apenas uma transposição dos princípios filosóficos eurocêntricos ao universo de suas próprias culturas, como costumava acontecer até aqui. Os produtos intelectuais dessa experiência têm sido conhecidos como Teorias do Sul. O exercício proposto por Paulo Freire de superação da opressão serve tanto para uma pessoa, como para um grupo social, quanto para uma nação inteira que tenha a marca da colonização. Assim, através da emancipação da consciência que pela tríade ação-reflexão-ação liberta o sujeito oprimido. A primeira ação (imersão) diz respeito à tomada de consciência de sua condição de opressão e colonização, seguida do exercício de reflexão sobre as condições dessa opressão, para que se tenha condições de promover uma nova e última ação (imersão) que é a retomada para dentro de si, a fim de construir sua identidade e um novo modo de pensar e agir sobre si mesmo. Esse conteúdo foi apresentado de forma brilhante adaptados para o ensino de teatro no Ebook *Oficina de Práticas Pedagógicas II* de Cilene Nascimento Canda, Célida Salume Mendonça e André Luiz Brito Nascimento.



Glossário

GLOSSÁRIO DO AGORA:

Epistemicídio: Processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo “saber” ocidental.

Cosmovisão: Forma de ver o mundo, concreta e subjetivamente. Conjunto de valores, sentimentos, memórias e crenças que organizam nosso modo de enxergar a vida que vivemos, de interpretar nossa própria época e de construir nossas expectativas de futuro.

Teorias do Sul: Aportes teóricos e teorias sociais produzidas fora dos centros hegemônicos do pensamento e desenvolvidas a partir de experiências históricas e sociais da periferia do mundo, conhecido como Sul Global, que seguem renovando a experiência intelectual em país da América Latina, África e Ásia, dando maior diversidade de vozes e renovando os paradigmas (reflexivos, teóricos e de categorias analíticas) das ciências sociais.



Figura 9: Estudos
Charge: Laerte - Domínio público.

1.4 A cultura como um direito

Tendo feito breves e panorâmicas discussões sobre o conceito e a experiência da cidadania, convém envolver esse assunto em nossa área de pesquisa e atuação, qual seja, a arte e, por consequência, a cultura. Aqui também vamos partir de uma análise da evolução do termo, proposta desta vez por Marilena Chauí em seu *Cultura Cidadã: O direito à cultura* (2021) que vai, por sua vez, se estruturar sobre as teorias de Raymond Williams e Hannah Arendt.

Dentre muitas acepções do termo cultura Chauí começa por sua etimologia. “Vinda do verbo latino colere, cultura é o cultivo e o cuidado com as plantas e os animais para que possam bem desenvolver-se, donde agricultura. Por extensão, é empregada no cuidado com as crianças e sua educação, desenvolvendo suas qualidades e faculdades naturais, donde puericultura” (CHAUÍ, 2021. P. 12). Dentre várias outras utilizações que vão sempre responder ao contexto no qual se desenvolve, vale a pena aqui destacar o progressivo afastamento do conceito de cultura daquilo que seria da ordem natural das coisas para o desenvolvimento de subjetividades, até chegarmos no oposto de seu termo original, estabelecendo uma oposição entre o culto e o inculto numa evidente valoração de diferentes formas de vida social.

Em decorrência de seu sentido latino e do novo sentido que recebe no final do século XVII, cultura passa a ter duas significações. Numa delas, refere-se ao processo interior dos indivíduos educados intelectual e artisticamente; é o campo das “humanidades”, apanágio do “homem culto” em contraposição ao “inculto” – esse contraponto, diz Hannah Arendt, exprime e alimenta o filistinismo burguês. Na outra, marcada pela relação com a história, torna-se o conjunto internamente articulado dos modos de vida de uma sociedade determinada e é concebida como o campo das formas simbólicas (trabalho, linguagem, religião, ciências e artes), produzidas pelo trabalho do Espírito (em Hegel) ou como resultado das determinações materiais econômicas sobre as relações sociais (em Marx). (CHAUÍ, 2021. P. 14). (grifos nossos)

Duas das primeiras noções a se estabelecerem em se tratando de cultura e cidadania é a importante diferença entre “uma política cultural e um programa de atividades e serviços culturais” (CHAUÍ, 2021. p. 87) e a garantia da existência do cidadão enquanto tal, sem reduzi-lo com um mero consumidor (abordagem neoliberal) ou sem tratá-lo como contribuinte (abordagem estatal). A efetiva experiência da cultura numa perspectiva democrática, republicana (em seu sentido pleno e não liberal) só é possível, segundo

Chauí, a partir de uma concepção de cultura do ponto de vista da cidadania cultural, compreendida aqui como um direito do cidadão e da cidadã. Esse direito diz respeito particularmente, segue a autora, ao direito à criação desse direito por todos e todas a quem foi negado sistemática e deliberadamente o acesso ao direito à cultura em nosso país. Esses sujeitos são trabalhadoras e “trabalhadores, tidos como incompetentes sociais, submetidos à condição de receptores de ideias, ordens, normas, valores e práticas cuja origem, cujo sentido e cuja finalidade lhes escapam” (P. 91) E segue apresentando os critérios segundo os quais entende o direito à cultura, quando de sua gestão na Secretária Municipal de Cultura do Estado de São Paulo, no governo de Luíza Erundina, de 1989 a 1992:

- O direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- O direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- O direito de usufruir dos bens da cultura, criando locais e condições e acesso aos bens culturais para a população;
- O direito de estar informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou usufruir;
- O direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do município;
- O direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- O direito a espaços para reflexão, debate e crítica;
- O direito à informação e à comunicação.

Ainda segundo Chauí, essa compreensão está sustentada em quatro perspectivas:

1. Uma definição alargada de cultura, para além das Belas Artes;
2. Uma definição política da cultura pelo prisma democrático;
3. Uma definição conceitual da cultura como trabalho da criação;
4. Uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos.

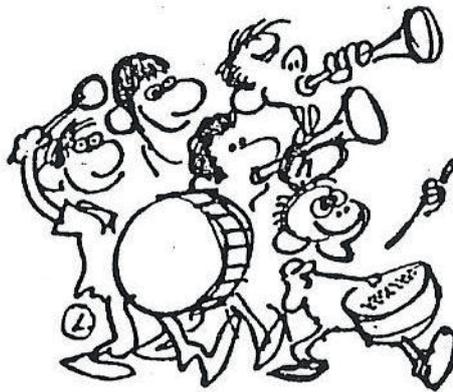


Figura 10: Banda música
Charge: Laerte - Domínio público.

E por que esse conjunto de informações e conceitos nos interessam numa oficina de prática pedagógica de um curso de Licenciatura em Teatro? Ora, sejamos coerentes com o que aprendemos até aqui. Somos um curso sediado no interior da Bahia, Nordeste do Brasil, América Latina, Sul Global. Precisamos olhar para o lugar de onde falamos e no qual operaremos. E aqui, justamente em nossas cidades, distritos e comunidades, uma prática teatral cidadã (quer seja de produção criativa, de exibição pública ou de formação) deve estar integrada com os arredores burocráticos que lhe tornam possível ou que lhe inviabilizam.

Se a prática dentro da sala de aula é o foco de nosso trabalho, não nos deve passar batido o universo de conceitos (e preconceitos) ideias (e ideologias) que envolvem essa prática. Uma educação que visa à cidadania (seja pelo teatro ou outra linguagem artística) precisa pensar sobre si mesma, sobre seus alicerces e suas fissuras. Precisa estar atenta às frustrações e superações do passado e aos riscos e possibilidades de futuro. Quando lembramos que nossa atividade se dá em cidades do interior, onde a prática teatral em muito se difere dos grandes centros (de onde vem boa parte da bibliografia a que temos acesso) é ainda mais urgente que uma/um artista da cena ou ainda uma professora ou professor de teatro reconheça que, muitas vezes, ela e ele certamente serão também os produtores, gestores e desbravadores das ações que elas próprias planejam executar, sob o risco de, não sendo assim, suas ações nem chegarem a acontecer. Em cidades sem Sistema de Cultura, ou seja, Secretaria, sem Conselho, sem Plano Municipal, sem Fundo de Cultura, não é possível se dar ao luxo de reduzir o fazer teatral à criação cênica, como nas capitais, onde a prática cultural já está estabelecida e é organizada por diferentes agentes e profissionais.

Antes, durante e depois da realização efetiva de sua obra, a artista cênica e o professor de teatro do interior deve estar sempre cooptando adeptos, estabelecendo rotinas, formando plateias, enfrentando moinhos de vento e combatendo inimigos reais. É um trabalho hercúleo, mas que, além de gratificante é indispensável para o desenvolvimento da cidadania e a garantia da democracia em localidades nas quais o poder religioso fundamentalista e obscurantista, de braços dados com a cultura de massa, segue adiando o desenvolvimento crítico capaz de nos guiar rumo a uma revolução realmente cidadã e libertadora, na cultura e além dela.

De posse das problematizações sugeridas até aqui, (que são apenas algumas dentre tantas outras possíveis) a ideia é que pensemos em como estes conceitos podem colaborar com um plano de intervenção em sala de aula de fato comprometida com o exercício da cidadania, compreendida de forma plural, diversa, decolonizada e, buscando garantir a centralidade da experiência na comunidade com a qual a intervenção será ser realizada. A experiência da Oficina de Práticas Pedagógicas III – Educação para a cidadania, certamente vai operar mudanças fundamentais também na formação das formadoras e formadores que estiverem em sala de aula (seja ela qual espaço físico for) contribuindo de forma concreta no desenvolvimento da epistemologia brasileira, nordestina e baiana – não necessariamente nessa ordem.



Atividade

ATIVIDADE FINAL DA UNIDADE I:

Organize todas as anotações das 3 atividades produzidas até aqui, no padlet para debate em aula síncrona.

1.5 Síntese da unidade I

Nesta Unidade, tratamos do termo cidadania a partir de sua etimologia e de sua compreensão dentro de uma epistemologia ocidental, eurocêntrica, destacando a importância da noção de pessoa e de seus direitos e deveres a partir da ruptura com formas e sistemas de governo aristocráticas e/ou despóticas. Em seguida, fizemos algumas considerações sobre a compreensão de mundo de outras culturas de modo a pensarmos de maneira complexa sobre as noções apresentadas, confrontando diferentes cosmovisões e aplicando esse conhecimento em nosso dia a dia. Conhecemos brevemente experiências contemporâneas de confronto entre a filosofia hegemônica eurocêntrica que tende a silenciar e apagar traços identitários das civilizações outrora colonizadas, nos preparamos para refletir sobre a relação desse conteúdo com o ensino de teatro. Por fim, arrematamos a unidade com um diálogo breve, mas contundente, sobre o direito à cultura e os desafios de quem se aventura a fazer arte no interior do Nordeste, reconhecendo os adversários que nos aguardam, típicos da nossa condição social e geográfica, mas lembrando, sempre, que não são imbatíveis, posto que “eles são muito, mas não sabem voar.”

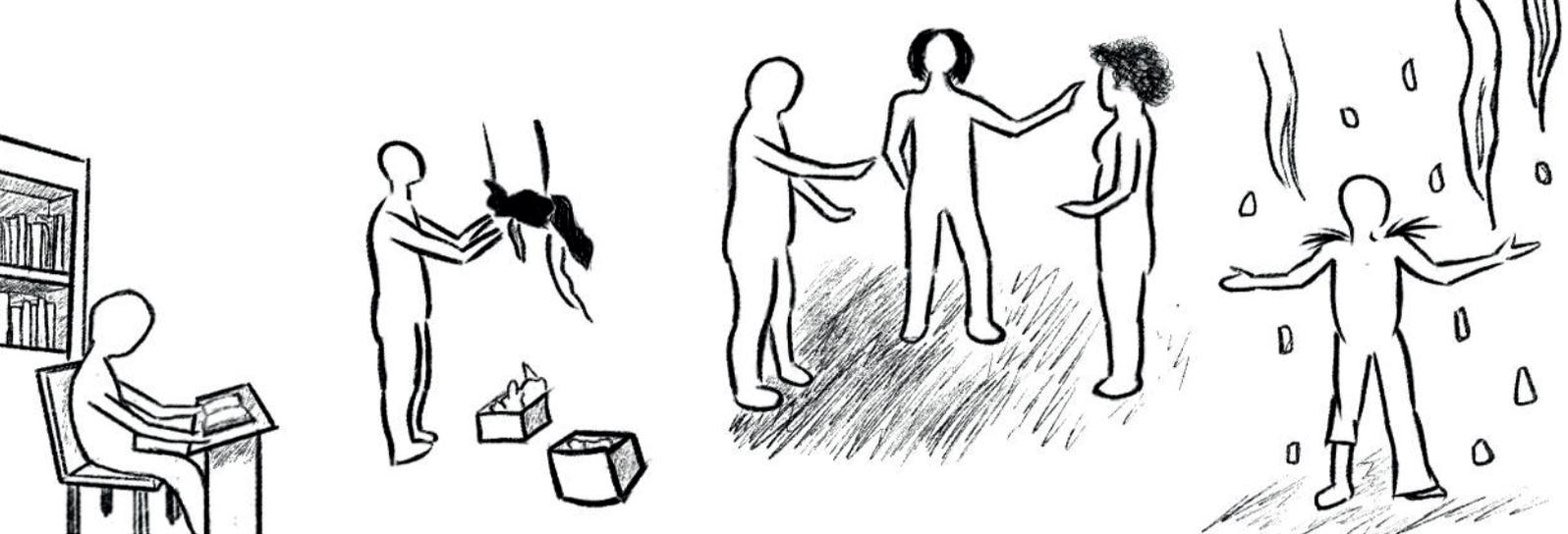


Ilustração: Sofia Virolli - Equipe CTE | SEAD | UFBA

2. UNIDADE TEMÁTICA II: OS 4 PILARES BÁSICOS DA EDUCAÇÃO

Nesta segunda unidade temática, vamos nos aproximar um pouco mais da relação entre o conceito de cidadania e a experiência artística a ser promovida numa sala de aula. Isso não quer dizer, no entanto, que vamos nos afastar do que foi apresentado na Unidade Temática I. O material que servirá de base para esta seção é o relatório assinado pelo pensador francês Jacques Delors, emitido em função da finalização dos trabalhos da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, criada oficialmente em 1993.

Em novembro de 1991, aconteceu a Conferência Geral da UNESCO. Na ocasião, foi instituída a comissão reunindo quatorze outras personalidades de diversas regiões do mundo, com horizontes culturais e profissionais distintos, num trabalho que foi financiado pela própria UNESCO, garantido liberdade e autonomia para a comissão. Seus trabalhos se encerraram em 1996, resultando num extenso e vigoroso relatório que, diante dos inúmeros desafios do milênio que se aproximava, defendeu a educação como um “trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (ALMEIDA, Ana Maria Galvão. 2018. p.02). Uma inovação na compreensão ocidental que o relatório traz é o alargamento da noção de aprendizado, para além de conteúdos programáticos, propondo um modo integral de educação que deve desenvolver ao mesmo tempo competências COGNITIVAS, PESSOAIS, SOCIAIS E PRODUTIVAS. O desenvolvimento dessas competências vai ser apresentados no relatório como APRENDER A APRENDER, APRENDER A SER, APRENDER A CONVIVER E APRENDER A FAZER, denominados os quatro pilares básicos da educação para o terceiro milênio.

ONU: Organização das Nações Unidas: Organização intergovernamental criada em substituição à Liga das Nações, em 24 de outubro de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de impedir mais conflito dessa magnitude.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) é uma agência especializada da ONU, com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945, com o intuito de contribuir para a paz e segurança no mundo a partir de ações ligadas à educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas e de comunicação e informação. A base de sua atuação são ações culturais que visam proteger o patrimônio cultural, a preservar entidades culturais, tradições orais e a promover a criatividade e a construção de conhecimento.



Figura 11: Brasil brasileiro
Charge: Laerte - Domínio público.

2.1 Desenvolvendo novas competências

O relatório Jacques Delors foi recebido com bastante entusiasmo e esperança, no final do século passado, parecendo nos lançar de fato num novo tempo, no qual a complexidade das coisas ocupava o espaço do pensamento dicotomizado e limitante que imperava até ali. O ensino conteudista já mostrava seu fracasso desde a segunda metade do século e era urgente assumir uma nova postura tanto nas formas de ensinar, quando nos objetivos da educação. Se aplicado com atenção e honestidade, a proposta dos quatro pilares teria alterado de forma profunda as práticas pedagógicas. Seu conteúdo, no entanto, foi virando apenas um tema superficial ou transversal nas salas de aula da educação tradicional e nem sequer uma cadeira foi retirada do lugar para que na prática fosse construída uma nova escola.

Nos espaços que em essa abordagem mais se desenvolveu é possível especular que já havia traços da proposta, mesmo antes dela chegar. Pensemos, por exemplo, na experiência de grupos de teatro enquanto uma atividade genuinamente pedagógica, ainda que não se reconheça dessa forma. Na prática, um grupo de teatro, seja ele amador ou profissional,

APRENDER A CONHECER (COMPETÊNCIAS COGNITIVAS)	APRENDER A FAZER (COMPETÊNCIAS PRODUTIVAS)
APRENDER A CONVIVER (COMPETÊNCIAS SOCIAIS)	APRENDER A SER (COMPETÊNCIAS PESSOAIS)

experimenta continuamente o desenvolvimento dessas competências em seu dia a dia. Sem elas, faz-se outra coisa, que não teatro.

Por isso, vamos unir essa proposta de abordagem pedagógica com a prática do fazer teatral. Antes, vamos conhecer um pouco mais desse conteúdo.

2.1.1 Aprender a conhecer – desenvolvimento de competências cognitivas

Esse tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana. O aumento dos saberes, que permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia na capacidade de discernir. Aprender para conhecer supõe, antes tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento.

Desde a infância, sobretudo nas sociedades dominadas pela imagem televisiva, o jovem deve aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas. O exercício do pensamento ao qual a criança é iniciada, em primeiro lugar, pelos pais e depois pelos professores, deve comportar avanços e recuos entre o concreto e o abstrato. Também se devem combinar, tanto no ensino como na pesquisa, dois métodos apresentados, muitas vezes, como antagônicos: o método dedutivo por um lado e o método indutivo por outro. A educação primária pode ser considerada bem-sucedida se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho, mas também fora dele. (DELORS, 1998, p. 90 a 93)

O aprender a conhecer engendra em si uma possibilidade de autonomia por parte do sujeito da aprendizagem, porque para além dos conteúdos, ajuda no desenvolvimento de modos de aprendizagem. No cenário atual, que não é o mesmo da publicação do relatório,

as formas pelas quais temos acesso aos conteúdos são infinitas, diversas e nem sempre confiáveis. Fazer uso consciente e crítico das plataformas pelas acessamos conteúdos é uma competência indispensável para a educação atual. A escolha do modo ideal de pesquisa e aprendizagem ou, melhor ainda, o cruzamento de diferentes plataformas e mídias certamente potencializa o processo de aprendizado que apesar de ser pessoal, se desenvolve dentro de um contexto coletivo amplo. Se até o final do século passado a leitura do livro impresso representava o único modo de acesso ao conhecimento, estamos expostos a uma infinidade de outras formas acessar o conhecimento, ainda que os riscos de fissuras e equívocos além da evidente diminuição de aprofundamento nos conteúdos seja ainda um ponto a ser considerado, fazendo do livro, se não mais a única, certamente ainda a mais confiável fonte de conhecimento intelectual.

Achou polêmico? Que tal debatermos sobre isso mais tarde?



Glossário

GLOSSÁRIO DO AGORA:

Método dedutivo: Uso do raciocínio lógico para obter uma conclusão a respeito de um determinado assunto a partir da dedução que é uma argumentação na qual a forma lógica válida garante a verdade da conclusão se as premissas (fórmulas consideradas verdadeiras dentro de um contexto específico) forem verdadeiras.

Método indutivo: Uso do raciocínio lógico para obter uma conclusão a respeito de um determinado assunto a partir da indução que é um raciocínio que se serve de indícios para chegar a uma causa por eles tornada real. A indução, ao contrário da dedução, parte de dados particulares da experiência sensível.



Figura 12: Conversa falando explicando
Charge: Laerte - Domínio público.

2.1.2 Aprender a fazer – desenvolvimento de competências produtivas

Talvez, das quatro competências, a mais complexa de ser abordada seja a dimensão das competências produtivas, ligadas ao Aprender a Fazer. Passados mais de vinte anos de sua publicação, o relatório, lido hoje, acaba revelando uma série de informações datadas do ponto de vista histórico e polêmicas do ponto de vista conceitual. Ao tratar de relações de trabalho e formação de mão de obra, além de apontar diferenças entre o bloco dos países desenvolvidos em contraponto com o dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, o documento revela o dono da voz: um homem branco, cisgênero, heteronormatizado e europeu. A precarização das relações trabalhistas ainda não tinha chegado em níveis alarmantes como os de hoje e tampouco o universo da produção de conteúdo digital era tão sequer comparável com a atual.

Mesmo diante dessa contextualização, é importante retirar da proposta do relatório a consciência de que a produção requer um conhecimento específico, aliado a um conhecimento global, uma capacidade de leitura de contexto, adaptabilidade aos novos tempos, em todos os sentidos. Não é mais suficiente saber o seu ofício e nada além dele, porque o trabalho, ainda que extremamente técnico, não se resume a sair de sua casa e atuar durante algumas horas em um espaço confinado. O trabalho invadiu nossas vidas e vice-versa.

Aprender a fazer algo específico de nossa área de trabalho – tecnologia da informação, arte, medicina, ciências sociais, jornalismo, qualquer trabalho – requer um conhecimento das

formas de produção e funcionamento, suas técnicas e códigos, mas também seu percurso histórico, as condições de seu desenvolvimento enquanto profissão e as expectativas para seu futuro. A isenção do fazer em relação às demais competências (conhecer, conviver e ser) se é que já fez algum sentido em algum momento histórico, não faz mais nenhum.

2.1.3 Aprender a conviver – desenvolvimento de competências sociais

À época da publicação do relatório, ninguém imagina a explosão que a virada do Século traria no que diz respeito à representatividade e à luta das chamadas minorias marginalizadas. O grande alvo de debate era a violência física e o crescimento do bullying, sobretudo no ambiente escolar. O conceito de redes sociais sequer existia e a mediação das relações ainda acontecia no mundo concreto.

O discurso de defesa de negros, povos originários, mulheres e da comunidade LGBTQIA+ eram ainda um objeto de estudo distanciado produzido, na maioria das vezes, do lado de fora do tema, sob um olhar estrangeiro. Se já existia, desde algumas décadas, uma luta no meio intelectual por essas comunidades, ela era o que chamamos hoje de uma luta desautorizada, posto que conduzida por agentes externos a essa realidade e que, sem o sabê-lo, corroboravam com aquilo que supunham combater. Muitos e muito intensos foram os processos históricos que viraram o jogo radicalmente e colocaram os outrora objetos de estudo em sujeitos, promovendo um verdadeiro salve-se-quem-puder nas relações.

Falar de aprender a conviver no final dos anos 90 e em 2022 é uma experiência completamente diferente. Parece que se passaram não vinte e poucos anos, mas alguns séculos. No final do século, a gente supunha que dominava os códigos de convivência, porque estes códigos estavam muito bem estruturados sobre um sistema racista, machista e classista e as relações com as vítimas deste sistema eram em sua maioria de viés salvacionista. Quando as placas tectônicas das relações humanas foram lançadas ao ar com os movimentos raciais, feministas e da comunidade sexo-diversa sendo conduzidos por seus próprios integrantes, perdemos toda a certeza que tínhamos de que estávamos fazendo a coisa certa, mas nos pegamos sendo confrontados por aquilo pelo qual julgávamos que deveríamos ser celebrados e eternamente agradecidos. Fomos forçados a olhar para o que estávamos fazendo, correndo o risco de muitas vezes nos depararmos com o doloroso e constrangedor fato de que éramos exatamente a figura que atacávamos. Pessoas brancas defendendo pessoas negras, perceberam que ao ocupar esse lugar de forma acrítica estavam contribuindo para o epistemicídio do povo preto,

homens elaborando tratados sobre o feminismo se viram como machistas estruturais, pessoas cisgênero e heterossexuais construindo teorias de gênero perceberam que objetificavam estes sujeitos, ao falar deles e por eles, sem ser um deles.

O desafio atual da convivência, longe do que intuiu a Comissão da UNESCO de 1996, é encontrarmos um equilíbrio nas relações, sem cairmos na tentação de promovermos censuras e proibições, mas também sem sermos cínicos e usarmos nossa boa capacidade argumentativa para defender aquilo que evidentemente está errado. Esse desafio está posto nos grandes centros acadêmicos, nas redes sociais e nas filas da padaria ou no almoço de domingo, com a família. Nunca antes na história desse planeta as competências sociais estiveram tão dependentes das cognitivas. Já me explico. Uma possibilidade de convivência parece mais viável quanto mais conhecimento tivermos. Associando o estudo à capacidade de silenciar e ouvir a outra pessoa com o interesse real de escutar e compreender o que ela tem a dizer antes de emitir a nossa opinião pronta, podemos estar diante de uma verdadeira revolução.

2.1.4 Aprender a ser – desenvolvimento de competências pessoais

Por fim, chegamos ao desenvolvimento de competências pessoais, o aprender a ser, objetivo principal das demais apresentadas até aqui, pois tudo deve estar a serviço da integralidade do ser. Curiosamente, sobre a dissociação da pessoa de sua própria imagem e da dificuldade de delinear uma identidade para si próprio em função dos modelos de existência impostos pela máquina de moer gente que é o capitalismo, a UNESCO já se preocupava, não apenas em 1996, mas desde 1972, quando foi produzido o relatório Aprender a Ser de Edgar Faure (FAURE, Edgar e outros, *Apprendre à être. Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação UNESCO*. Paris, Fayard, 1972.)

Sem que houvesse, à época, o conceito de dismorfias relacionadas às redes sociais e mais recentemente em função do trabalho remoto, a chamada dismorfia do zoom as noções do SER estavam estruturadas majoritariamente em elementos subjetivos, ainda que relacionados a um padrão físico imposto pela sociedade, desde o advento da hegemonia da imagem, com o cinema de Hollywood a partir dos anos 40, pelas estrelas de televisão, de revistas e passarelas das décadas seguintes. A diferença entre este fenômeno e o atual, que tem lugar nas redes sociais, mais especificamente no Instagram e TikTok é que, se a relação que jovens e adolescentes tinham com os padrões de imagem aconteciam numa relação virtual, mas a relação com a própria imagem acontecia apenas no campo físico.

Escolha de roupa, comportamento para alteração do corpo (dietas, atividades físicas, cirurgias plásticas) eram intervenções feitas no corpo físico, inspiradas por modelos distantes. Com o advento das redes sociais, as pessoas passaram a criar sua própria imagem no aplicativo, inspiradas também em modelos distantes. A diferença agora, é que entre o modelo e o corpo físico há uma imagem que reúne elementos da pessoa que se é (foto) com elementos de um modelo a ser alcançado (filtro). Dentro das redes sociais, por muito tempo, a pessoa passa a ser seu próprio avatar. Ao retornar para o mundo concreto e se deparar com sua própria constituição física, intelectual, espiritual e comportamental parece haver um choque de identidades que leva essa pessoa ou a querer se transformar de fato naquilo que ela criou no Instagram, ou trocar a convivência real pela virtual. Qualquer que seja a opção, ela parece estar cercada de riscos.

Como, então, é possível atuar na compreensão que uma pessoa, sobretudo jovens e adolescentes fazem de si mesma? Quais competências pessoais podem ser desenvolvidas para proteger a pessoa desse ataque? Ao que parece o risco se torna perigo concreto em função de dois elementos específicos. O primeiro deles talvez seja o valor desproporcional dado à imagem. O outro à importância, também desproporcional dada ao julgamento do outro para essa imagem. Certamente nenhum desses dois aspectos nasce com as redes sociais. O que acontece aqui é que nada mais parece existir de importante além disso. Em outros contextos, a pressão pela aceitação do nosso grupo e o cuidado com a imagem conviviam com outras preocupações como estudos, profissão, família, associações como amizades, grupos religiosos, eventos culturais, o futuro do planeta, as condições de vida dos outros seres, a compreensão do passado, a elevação através da poesia, a capacidade de viajar através de histórias. Hoje em dia, todas essas outras esferas da vida humana parecem existir para que gerem imagens a serem aprovadas pelos outros.

Não sei vocês, mas eu intuo que para promovermos mudanças na composição do próprio ser, jovens e adolescentes terão que necessariamente guardar o celular numa gaveta por algumas horas e forçar-se a se conectar com o mundo real. Vamos pensar mais sobre isso na próxima unidade temática.



Atividade

ATIVIDADE FINAL DA UNIDADE:

Assista ao vídeo da mesa Cuida Bem De Mim: 25 Anos De Teatro, Afeto E Cidadania do Congresso UFBA 75 Anos e observe a íntima relação entre a prática teatral e a defesa da cidadania. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=vOadnyzSHk0>.

2.2 Síntese da Unidade Temática II

Nesta Unidade, um pouco mais breve que a anterior, introduzimos parte do Relatório da Comissão Internacional sobre Educação da UNESCO que teve como desafio pensar em estratégias para a prática educativa no Século XXI, seu redator, o pensador francês Jacques Delors, inspirou o que ficou chamado como Relatório Jacques Delors e publicado como livro com o título: Educação: um tesouro a descobrir. Deste documento, optamos por focar no conteúdo que servirá de material para nossa prática na próxima Unidade, que são justamente os quatro pilares da educação para o Século XXI. Vimos que, embora muito bem-intencionado, COM o passar dos anos, o relatório demonstra alguns desvios com e, como toda leitura, a dele deve ser cercada de reflexão e crítica. Também a utilização do conceito de desenvolvimento das competências, deve estar articulado com o momento atual. Como ficou explícito na contemporização do debate sobre o tema.



Ilustração: Sofia Virolli - Equipe CTE | SEAD | UFBA

3. UNIDADE TEMÁTICA III: ESCOLHA, PLANEJAMENTO, ESTRUTURA, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA A CIDADANIA

“Tenho fases, como a lua. Fases de andar escondida, fases de vir para a rua...”

Cecília Meirelles

Nesta Unidade, serão apresentados três modelos de intervenção pedagógica a partir de um conceito um pouco mais amplo de prática teatral. Neles, além das experiências diretamente ligadas à construção da cena e à participação de atores, atrizes, jogadores e jogadoras, vamos propor algumas fases anteriores que servirão de base para o cruzamento entre a prática teatral e os conteúdos apresentados até aqui, sempre com foco nas comunidades com as quais os licenciandos e as licenciandas estarão atuando. Isso significa dizer que qualquer uma das propostas apresentadas seguirão a mesma estrutura de desenvolvimento, alterando apenas os procedimentos dentro de cada fase. É importante ressaltar que cada fase desenvolve pelo menos uma das competências apresentadas na unidade temática anterior. liberdade e da justiça social” (ALMEIDA, Ana Maria Galvão. 2018. p.02). Uma inovação na compreensão ocidental que o relatório traz é o alargamento da noção de aprendizado, para além de conteúdos programáticos, propondo um modo integral de educação que deve desenvolver ao mesmo tempo competências COGNITIVAS, PESSOAIS, SOCIAIS E PRODUTIVAS. O desenvolvimento dessas competências vai ser apresentados no relatório como APRENDER A APRENDER, APRENDER A SER, APRENDER A CONVIVER E APRENDER A FAZER, denominados os quatro pilares básicos da educação para o terceiro milênio.

- **FASE 00: Plano de intervenção.** (Aprender a conhecer e aprender a fazer)

Depois de escolher a proposta de intervenção que você vai realizar, construa seu plano de intervenção. Nele, deve constar os seguintes dados: Título original de seu projeto / Perfil do grupo a ser trabalhado / quantidade de pessoas / recursos didáticos / conteúdo / metodologia / cronograma / formas de avaliação. O tempo para cada fase deve ser dividido aproximadamente da seguinte forma: Fase 01: 5% do tempo, Fase 02: 10%, Fase 03: 15%, Fase 04: 60%, Fase 05: 10% do tempo total.

- **FASE 01: Formação de grupo e divisão de funções** (Aprender a conhecer e aprender a conviver)

Tendo sido definida a atividade a ser realizada, a estudante deve identificar seu grupo de trabalho, seja uma turma da escola básica, seja um grupo fora da educação. Deve ter domínio sobre as informações deste grupo: quantas pessoas fazem parte dele, quais as principais características de idade, gênero, condições sociais e culturais, interesses, entre outros que julgar pertinentes. Com o grupo formado e tendo sido apresentado o plano de trabalho, a tarefa é dividir o grupo em equipes que deverão ficar responsáveis por diferentes funções durante a execução do projeto. O critério para a divisão deverá ser definido após a formação e conhecimento do grupo.

- **FASE 02: Pesquisa e coleta de dados** (Aprender a conhecer)

Após a divisão da equipe em grupos, estes devem trabalhar em suas frentes, no sentido de fazer uma pesquisa sobre o tema da atividade escolhida. A pesquisa deve ser tanto conceitual quanto prática, promovendo o levantamento de dados, informações e material que subsidiará as próximas etapas.

- **FASE 03: Produção de documentos** (Aprender a conhecer e aprender a fazer)

Após a coleta de dados e informações e antes de passar para a fase de produção cênica, é muito importante construir um ou vários documentos que organizem o material coletado. Essa fase, além de organizar o material que servirá para a produção, tem como objetivo desenvolver no grupo uma atitude de registro e sistematização de informações e procedimentos e construção de material que possa ser acessado por outras pessoas, para outros fins.

- **FASE 04: Criação e apresentação do produto cênico** (Aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser)

Foco principal de nossa Oficina, a criação cênica deverá envolver a todas e todos e será completamente realizada com o material produzido nas fases anteriores. Os métodos e

estilos de criação, a estética da cena serão definidos por você com base nas experiências com as Oficinas Pedagógicas anteriores. Devem fazer parte dessa fase também, as estratégias de divulgação e exibição do produto, envolvendo a comunidade tanto mais quanto for possível.

•**FASE 05: Avaliação e comunicação dos resultados** (Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser)

A fase de encerramento da intervenção deve ser realizada com a mesma dedicação e preciosismo que as demais. É nesse momento que se dará o processo de reflexão sobre tudo o que foi vivenciado no sentido de efetivar a transformação promovida pela prática tanto para quem dela participou diretamente, quanto para quem teve acesso apenas ao produto. Devem ser criados instrumentos de avaliação os mais diversos, através de formulários, questionários, entrevistas, registros em áudio e/ou vídeo, engajamento em redes sociais. Quanto mais diversos os modos de avaliação, mais plurais e verdadeiros serão os registros das impressões. Após concluída a ação um documento deve ser produzido, podendo ser um relatório, um podcast ou um vídeo.

3.1 Projeto eleições

No ano em que acontecerão as eleições mais importantes das últimas décadas em nosso país, é preciso agir com precisão. Uma Oficina Pedagógica que pense em ensino e cidadania não pode, sob o risco de ser contraditória, adquirir uma postura de suposta neutralidade. E não há arma mais potente contra o autoritarismo e obscurantismo do que o conhecimento. Assim, o projeto Eleições deverá empreender uma pesquisa e um estudo crítico sobre o conceito e a história do sufrágio no Brasil.

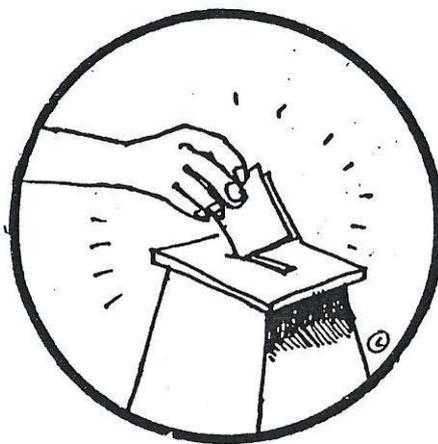


Figura 13: Votando
Charge: Laerte - Domínio público.

•**Fase 01: Formação de grupo e divisão de funções:** Divida seu grupo nas seguintes equipes:

1. Conceito e história das eleições no Brasil
2. Plano de governo e campanha eleitoral – conceito, história e comparação entre os planos de governo e as campanhas eleitorais dos candidatos à Presidência da República que chegaram ao segundo turno das eleições de 2018.
3. Histórico das eleições desde a Emancipação do Município onde está sendo desenvolvido o projeto até o ano de 2018.
4. Campanha eleitoral e os resultados no Município onde está sendo desenvolvido o projeto das eleições de 2018 (federal e estadual) e 2020 (municipal).

•**Fase 02: Pesquisa e coleta de dados:** Cada equipe deverá realizar uma pesquisa sobre seu tema. O processo de pesquisa deve incluir a busca na internet, mas deve, sobretudo, promover uma investigação que envolva as pessoas e documentos históricos da comunidade, como arquivos, livros, monumentos, fotos, vídeos, jornais e revistas. É fundamental que sejam entrevistadas pessoas de diferentes idades e perfis sociais. O prazo para essa fase já deve estar previsto no cronograma

•**Fase 03: Produção de documentos:** Encerrado o prazo da pesquisa e coleta de dados, é hora de unir as equipes mais uma vez num grande grupo e organizar o material coletado. Cada equipe deve apresentar cuidadosamente os resultados de seu trabalho, explicando como foi realizado o processo. Depois de todo material apresentado, é hora de definir coletivamente, como esse material será sistematizado e organizado na construção de um ou vários documentos de fácil acesso para o grupo e para outras pessoas que possam ter interesse no material. O documento não precisa ser específico por assunto, podendo ser híbrido, organizando o material de mais de uma equipe num mesmo documento. Durante o processo ou ao final da criação do documento, é importante garantir uma discussão sobre o material colhido e as impressões dos membros do grupo sobre o assunto.

•**Fase 04: Criação e apresentação do produto cênico:** É chegada a hora de fazer o que você tanto esperou: Teatro! A partir do material coletado e das experiências vivenciadas até aqui, com base nas práticas experimentadas nas Oficinas I e II, você deverá conduzir um processo de criação cênica que tenha inspiração no conteúdo das outras fases. Não é um produto diretamente sobre eleição, mas que tenha alguma conexão com os dados colhidos e as reflexões empreendidas a partir do que se passou a conhecer. A dramaturgia e a estética da cena são de responsabilidade do grupo, com supervisão da licencianda

ou do licenciando, bem como os processos de exibição da obra e acompanhamento do impacto.

•**Fase 05: Avaliação e comunicação dos resultados:** Após a exibição do produto cênico, você deve realizar uma ou mais atividades avaliativas com todas e todos que participaram direta ou indiretamente do projeto. Essa fase deve ser elaborada com bastante rigor, utilizando conhecimento desenvolvido em Oficinas Pedagógicas II. É importante socializar os resultados dessa avaliação com toda a comunidade.

3.2 Projeto conhecimento é poder



Figura 14: Braços cruzados greve paralização
Charge: Laerte - Domínio público.

Seguindo a linha do projeto Eleições, o projeto Conhecimento é poder tem o objetivo de provocar os participantes da ação a conhecerem o local onde moram e os meandros do poder político de seu Município. Ao ter contato com esse material numa perspectiva de construção cênica, o grupo será estimulado a adotar uma postura questionadora diante de verdades que se supõem absolutas, práticas culturais disfarçadas de fatos naturais e contradição entre discursos e ações práticas.

•**Fase 01: Formação de grupo e divisão de funções:** Divida seu grupo nas seguintes equipes:

1. História de formação e emancipação do Município

2. Executivo, legislativo e judiciário de seu Município – história e composição atual
3. Artistas e agentes de cultura na cidade
4. Políticas públicas para a juventude

As demais fases são as mesmas descritas no Projeto Eleições

3.3 Projeto os direitos humanos vão ao teatro

O principal objetivo deste projeto é trazer de volta a Declaração dos Direitos Humanos para os debates do cotidiano, como acontecia nas primeiras décadas deste novo milênio. Para confrontar o preconceito com a pauta dos direitos humanos, nada mais eficaz do que conhecê-los a fundo, compreender como e porque foram assim organizados e fazer com que a comunidade reflita sobre sua importância na construção de um mundo realmente justo para todas e todos.



Figura 15: Agradecendo
Charge: Laerte - Domínio público.

Fase 01: Formação de grupo e divisão de funções: Divida seu grupo nas seguintes equipes:

História da Declaração dos Direitos Humanos

O Preâmbulo

Do artigo 01 ao 10

Do artigo 11 ao 20

Do artigo 21 ao 30

Fase 02: Pesquisa e coleta de dados: Cada equipe deverá estudar o assunto que lhe foi determinado, produzindo um comentário a partir de exemplos concretos de casos locais de garantem e casos que ferem cada artigo. Deve ser incluída nessa fase, uma pesquisa sobre como a comunidade local entende os Direitos Humanos.

As demais fases são as mesmas descritas no Projeto Eleições

3.4 Faça você mesma



Figura 16: Diploma
Charge: Laerte - Domínio público.

Caso nenhum dos projetos acima lhe tenha chamado especial atenção, construa seu próprio projeto com um tema que tenha relação com a questão da cidadania, descreva brevemente o objetivo principal e estruture o passo a passo de cada fase.

Referências

- ALMEIDA, Ana Maria Galvão de Barros e ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico de. **Jacques Delors e os Pilares da Educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 03, vol. 02. 2018.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (9148) **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 IIIA). Paris.
- BRANDÃO, Carlos R. **A questão política da educação popular**. São Paulo Ed. Brasiliense, 1986.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Centro Gráfico, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**, 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRA, Tassio. **Oficina de Práticas Pedagógicas I: relações étnico-raciais**. Salvador, UFBA, Escola de Teatro: Superintendência de Educação à Distância, 2021.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Civilização Brasileira. 2019.
- KRENAK, Ailton. Roda Viva. Youtube, 19 Abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtpbCuPKTq4>.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo; Ed. Brasiliense, 1991.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **Direitos Humanos no Cotidiano**. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. 2001.
- SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, M. Paula (Orgs.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim e ROMÃO, Natatcha Priscilla. **Posições decolonizantes no pensamento filosófico-educacional no Brasil**, [2019?].

SITES:

www.politize.com.br. Acessado em 14/02/2022.

www.sindbast.org.brcharges-laerte

“Cuida Bem De Mim: 25 Anos De Teatro, Afeto E Cidadania” do Congresso UFBA 75 Anos e observe a íntima relação entre a prática teatral e a defesa da cidadania. Link: (<https://www.youtube.com/watch?v=vOadnyzSHk0>). Acessado em 14/02/2022.

FILMES:

ENCONTRO com Milton Santos ou o Mundo Global visto do lado de cá. Produção de Sílvio Tandler. Rio de Janeiro. CALIBAN Produções cinematográficas. Link no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>.



Universidade Federal da Bahia

Oficina de Práticas Pedagógicas III - Educação para Cidadania

A disciplina Oficina de Práticas Pedagógicas III - Educação para Cidadania é um componente curricular do curso de Licenciatura em Teatro na modalidade - Educação à Distância (EaD) da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este componente tem por objetivo dar continuidade aos processos de prática e reflexão sobre ações que envolvem o ensino de teatro numa perspectiva estética, pedagógica e crítica.



PROGRAD
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Escola de Teatro
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

